

Governo antecipa agenda de março

Proposta vincula conta investimento (sem CPMF), novo modelo para o setor elétrico e PPPs

Luciana Otoni
de Brasília

Passado o feriado de Carnaval, o governo utilizará a agenda microeconômica e os projetos de infra-estrutura com o objetivo é evitar que o escândalo político gerado pelo caso Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, envolvido em denúncias de corrupção, continue a contaminar o ambiente econômico. Uma das primeiras iniciativas, conforme informou o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Ferreira Levy, será o lançamento, em março, da conta investimento.

Será por meio dessa nova conta, cujo teor foi inicialmente apresentado em outubro de 2003, que os investidores poderão migrar de aplicações financeiras sem ter de recolher 0,38% de alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A intenção do governo é vincular os efeitos positivos da conta investimento à medida provisória que estabelece o novo modelo para o setor elétrico e ao projeto que institui as Parcerias Público-Privadas (PPPs), ambas proposições em fase final de votação no Congresso.

Também contribuirá para esse objetivo a apresentação, ao longo do mês de março, das regras da política industrial, que beneficiará os setores de fármacos, bens de capital, software e de semicondutores. Outra iniciativa em curso no Ministério da Fazenda é a preparação de medidas de estímulo à construção civil. Ainda não está definido, mas estuda-se para esse setor uma revisão da incidência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) não-cumulativa com alíquota de 7,6%.

Ao falar sobre a agenda microeconômica e sobre os projetos de infra-estrutura, o secretário do Tesouro Nacional evitou comentar a alta volatilidade dos mercados nos dias anteriores ao Carnaval. Questionado quanto à repercussão da piora de alguns indicadores da economia, a exemplo do risco Brasil, Levy enfatizou que as ações político-econômicas e sociais da administração federal foram definidas e que isso representa um referencial para o governo. "Não vejo nenhum risco", disse ele.

Com a delimitação dos parâmetros da infra-estrutura e da agenda microeconômica, Joaquim Levy recomendou que o setor privado, principalmente empresas e investidores, deve-ria se preparar para investir no País. O secretário concluiu sua análise dizendo que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também tem atuado para melhorar o ambiente de investimentos no País.

A diretoria do Fundo Monetário Internacional (FMI) vai se reunir



Joaquim Ferreira Levy

em meados de março para avaliar a sexta revisão conjunta do acordo stand by de US\$ 30 bilhões, contratado no fim de 2002, e do acordo preventivo firmado em dezembro de 2003 com o valor adicional de US\$ 6,6 bilhões. A sexta revisão foi concluída pela missão do Fundo

no último dia 17, que recomendou ao "board" da instituição a aprovação das contas do governo brasileiro, informou o secretário.

Ao comentar que os trabalhos de revisão do FMI transcorreram

"de forma produtiva" e que os membros da missão "ficaram impressionados", Joaquim Levy reiterou que permanece a intenção do governo de não sacar os recursos colocados à disposição do Brasil.

Ele informou que, além dos US\$ 8,2 bilhões colocados à disposição do governo, referentes à quinta e última parcela do acordo stand-by (parcela ainda não sacada), outros US\$ 1,3 bilhão serão oferecidos ao Brasil a partir da aprovação da sexta revisão. Segundo explicou o secretário do Tesouro, como a intenção é não utilizar os recursos, o governo acumulará o direito de saque ao longo do ano para caso ocorra uma eventualidade e seja necessário recorrer ao dinheiro do Fundo.